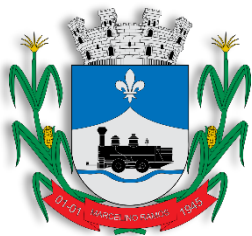


Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

ATA 15/2019 - SESSÃO ORDINÁRIA

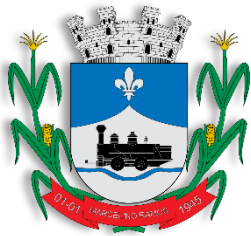
Ata da Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos, realizada no dia quinze de julho de 2019, às 19 horas, na Sala de Sessões, na Praça Padre Basso, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal.

Aos quinze dia do mês de julho de 2019, às 19 horas, na Sala de Sessões, neste Município de Marcelino Ramos, realizou-se a Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, presidida por Sua Excelência o Senhor Vereador Presidente HÉLIO MÜLLER, com a presença de Suas Excelências os Senhores Vereadores **ADEMIR ANTONINHO MOMO, ANTONIO CARLOS GOMES DOS SANTOS, DAMIANA SALETE CORREA MENDES, ELIANA LANZANA, ENIO LUIZ WITTMANN, GILMAR DUTRA RIBEIRO, HÉLIO MÜLLER, RUDI DREHER e VALDECIR DE VARGAS**. Abrindo a sessão, o Presidente cumprimentou os Vereadores e os assistentes e, nas **Leituras Diversas**, solicitou a leitura do Ofício da CUP que solicita a dilação do prazo para análise do Projeto de Lei 023/2019. Nas **Correspondências recebidas do Prefeito Municipal**, foram lidos os Ofícios 260 e 261/2019. Em seguida, nos **Expedientes apresentados por Vereadores**, foram lidos a Indicação 10/2019, da Vereadora Eliana Lanzana; a Indicação 11/2019, do Vereador Gilmar Dutra Ribeiro; os Pedidos de Providência 15 e 16/2019, dos Vereadores Valdecir de Vargas e Rudi Dreher, o Pedido de Providência 17/2019, do Vereador Valdecir de Vargas e do Pedido de Providência 18/2019, do Vereador Gilmar Dutra Ribeiro. Após as leituras, o Presidente consignou que as proposições seriam encaminhadas ao Executivo Municipal. Nas **Moções**, o Presidente solicitou a leitura da Moção de Apoio 02/2019, de autoria da Vereadora Eliana Lanzana. Após a leitura, a Vereadora disse, por Questão de Ordem: "- Só gostaria de deixar como sugestão quem sabe, que a iniciativa dessa Moção seja assinada por todos, por todos os Vereadores, porque há um movimento no estado do Rio Grande do Sul todo, liderado pela ABERGS, que é a Associação de Bombeiros do estado do Rio Grande do Sul, que está de certa forma pressionando o Governador do Estado para fazer essa nomeações e nós temos marcelinenses para serem chamados nesse concurso, marcelinenses que não moram mais, não residem em Marcelino, mas que seus familiares continuam aqui. São pais que estão esperando que seus filhos sejam nomeados e aí, verificando a situação do concurso, a gente viu que da polícia ostensiva também tem um grande número de aprovados a serem chamados. Então considerando o déficit de policiais de polícia ostensiva que a gente tem em todos os Municípios, eu penso que talvez seria interessante essa Moção não ser assinada somente por mim, mas por todos os Vereadores desta Casa, se for do entendimento de todos". O Presidente colocou a proposição em votação. Aprovada por unanimidade. O documento foi assinado pelos demais Vereadores no decorrer da sessão ordinária. Em seguida, o Presidente solicitou a leitura da Moção de Apoio 03/2019, de autoria do plenário. Após a leitura, colocou a proposição em votação. Aprovada por unanimidade. O Presidente deixou o Pequeno Expediente à disposição dos Vereadores para breves manifestações. O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- [...] Eu tenho usado esse momento muitas vezes, em que pese seja colocado que é para Votos de Congratulações e parabenizações, enfim, eu tenho usado ele para manifestar votos de repúdio também e não poderia deixar, nessa noite, de fazer um Voto de Repúdio ao empenho feito pelo nosso governo municipal agora na semana que passou, a semana retrasada, de um valor de R\$ 1.295,00 (um mil e duzentos e noventa e cinco reais) destinado ao fornecimento de alimentos para as autoridades que vieram participar do jantar da JOANPEPA. É



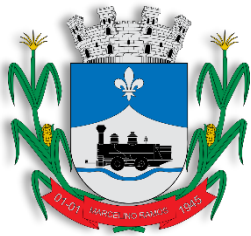
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

inconcebível, senhor Presidente, colegas Vereadores, assistentes, que o nosso Município esteja, em um momento onde se procura empréstimo para fazer pavimentação asfáltica, em um momento aonde uma equipe de futebol de crianças vem até o governo municipal pedir um transporte para fazer um jogo fora do nosso Município e a resposta para essa equipe é de que o Jurídico não autorizou esse transporte é inconcebível, em que pese a importância da JOANPEPA para o nosso Município, que nós, moradores de Marcelino Ramos, pessoas que carecem por medicamentos e exames médicos, tenhamos que pagar jantas para Prefeitos da região. Então não questiono aqui a legalidade do ato, mas questiono a situação em que foi feito. Entendo eu que é importante virem ao nosso Município autoridades, inclusive na penúltima reunião questionei que o Município tinha que participar mais dos eventos, mas não a tal ponto de pagar para Prefeitos virem jantar em nossos eventos, considerando que os Prefeitos muitas vezes saem com diárias de seus municípios e também não tínhamos nessa data nenhum evento oficial de entidades relacionadas ao nosso Prefeito. Então quero deixar aqui, senhor Presidente, um Voto de Repúdio com relação a esse gesto de pagar um jantar às pessoas que vieram ao nosso Município, inclusive com acompanhantes". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- [...] Eu quero aqui também, pela importância, mandar um Voto e Reconhecimento ao SUTRAF de Marcelino Ramos, por que para o SUTRAF de Marcelino Ramos? Pela luta que teve, todos os movimentos sociais tiveram luta para que nós pudéssemos manter os nossos direitos que nós tínhamos conquistado para o agricultor familiar, o direito da sua aposentadoria. Todos nós sabemos que o SUTRAF se mobilizou, mobilizou as pessoas para participar e, através da luta, foi conseguido manter esse direito aos nossos agricultores familiares. Por isso, então, é um Voto de Reconhecimento ao nosso SUTRAF, depois se nós tivermos o Grande Expediente a gente vai comentar sobre isso também alguma coisa". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] Quero me manifestar nesse Pequeno Expediente com relação à Moção de Apoio 02/2019, proposição da Vereadora Eliana Lanzana, e agradecer a Vereadora até por ter disponibilizado a oportunidade para que todos nós possamos assinar essa Moção de Apoio e falo da importância dela, poderá até não ter muito efeito ao Governo do Estado, mas a gente sabe da carência da segurança pública em todo o estado do Rio Grande do Sul. Já repeti diversas vezes que eu faço parte da Secretaria de Segurança Pública há 26 (vinte e seis) anos e meio, servidor da Superintendência dos Serviços Penitenciários e a gente nota que a defasagem no quadro de profissionais de todos os órgãos da segurança pública é um problema cada vez maior. Historicamente, Marcelino Ramos, em termos de segurança pública, em especial da Polícia Civil e da Brigada Militar sempre esteve bem servida, mas isso é coisa que ficou no passado. No tempo do nosso amigo Sérgio Alexandri, no tempo do Paulo Iost, no tempo de tantos outros profissionais da segurança pública que trabalhavam em Marcelino Ramos e residiam em nossa cidade e hoje a gente vê que a realidade é totalmente, até eu diria desoladora, pois a gente não conta com efetivo suficiente sequer para cumprir uma escala de ter um policial por turno, quanto mais termos policiais em número adequado, senhor Presidente, para fazer uma escala. Então agradeço pela oportunidade, senhora Vereadora, de proporcionar que todos os Vereadores assinem esta Moção e é muito importante para a comunidade marcelinense". Nos **Projetos de Resolução**, o Presidente solicitou a leitura do Projeto de Resolução 06/2019. Após a leitura, a Vereadora **Eliana Lanzana**, por Questão de Ordem, disse: "- Por questões éticas, tendo em vista que o Projeto de Lei é uma homenagem ao meu pai, então eu vou me abster de votar. É uma homenagem que nos honra imensamente e desde já agradeço o colega Vereador Valdecir de Vargas pela homenagem, mas, por questões éticas, então, eu vou me abster de votar". O Presidente, então, colocou o Projeto de Resolução em votação. Aprovado por unanimidade, com abstenção da Vereadora Eliana Lanzana. Nas **Matérias em Regime de Urgência Especial**, o Presidente solicitou a leitura do Ofício 267/2019, que encaminha o Projeto de Lei 028/2019. Após a leitura, colocou o regime de urgência especial em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Ofício 268/2019, que encaminha o



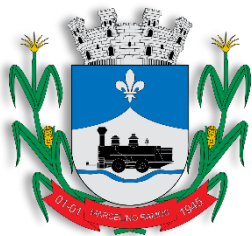
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

Projeto de Lei 029/2019. O Presidente colocou o regime de urgência especial em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Ofício 273/2019, que encaminha o Projeto de Lei 030/2019. O Presidente colocou o regime de urgência especial em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Ofício 274/2019, que encaminha o Projeto de Lei 031/2019. O Presidente colocou o regime de urgência especial em votação. Aprovado por unanimidade. Nas **Matérias em Discussão Única**, o Presidente solicitou a leitura, com a concordância do plenário, somente do Parecer 27/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 022/2019. Após a leitura, o Presidente registrou que o Presidente e a Membro da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Em 2015, na primeira sessão dessa Casa Legislativa, tivemos um Projeto do Executivo aonde instituiu o regime de plantão do SAMU no regime de 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) horas, ou seja, os funcionários da SAMU que ali trabalham exerceriam a função por 24 (vinte e quatro) horas e teriam o descanso de 72 (setenta e duas) horas. Na época esse Projeto veio para essa Casa Legislativa com o entendimento dos funcionários, com entendimento da Administração e principalmente também com o aval e a aprovação jurídica do Município. Diante disso, essa Câmara de Vereadores aprovou o Projeto, aonde, de 2015 até os dias atuais, os funcionários da SAMU trabalham no regime de 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) horas, regime este que, diante desses anos, de 2015 a 2019, criou também uma certa estabilidade funcional a esses funcionários, e quando eu falo estabilidade funcional, é importante que o funcionário tenha uma segurança dos horários de trabalho dele para que ele possa se programar no seu dia a dia, no seu mês, no seu ano e agora vem esse Projeto de 12 (doze) por 36 (trinta e seis), que não é incorreto o regime 12 (doze) por 36 (trinta e seis), ele também é correto, o regime 12 (doze) por 36 (trinta e seis), mas como naquele momento esta Casa Legislativa, amparada, aprovou o regime 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) horas, diante da estabilidade que os funcionários tiveram nos últimos anos, que já têm um padrão de trabalho executado e que também demonstraram a toda a comunidade marcelinense a efetividade das suas funções. Então, diante disso e de vários outros fatores, como, por exemplo, a dúvida daqui a pouco se realmente é correto trabalhar 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) horas, a gente já tem decisões judiciais e a própria lei nos ampara dizendo que não pode trabalhar mais do que 48 (quarenta e oito) horas semanais. O regime que vai ser adotado é conforme o interesse local, e o interesse local é o que esta Casa Legislativa estará estabelecendo hoje. Então, diante disso, o meu Parecer, ele foi contrário a este Projeto do Executivo. Seria isso senhor Presidente, e meu muito obrigado". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- Senhor Presidente, gostaria de parabenizar a CUP, o Relator, pela coerência em analisar esse Projeto e rejeitar ele como ele veio para essa Casa. Como dizia o Relator, há pouco tempo atrás votamos, e foi aqui justificado pelo Executivo Municipal da necessidade desse horário que hoje na questão da SAMU em nosso Município. Então existe razão no colocar do Relator de que uma mudança agora vem gerar estragos imensuráveis na vida dessas pessoas. Nós temos que dar uma segurança para as pessoas, que elas tenham um horário e que elas possam ter uma segurança inclusive jurídica de poder trabalhar nesse sentido. Então parabenizo a CUP pela posição de coerência em rejeitar o Projeto e esse também é meu voto. Obrigado". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- [...] Eu vejo esse Projeto de Lei, vamos parar e pensar: quem montou o Projeto de Lei? Provavelmente o Secretário de Saúde, fez um esboço, passou para o Executivo, o Executivo manda o Projeto para a Casa com a assinatura e a própria CUP, que são Vereadores do partido do governo, votam contrário ao Projeto do governo e dão um Parecer contrário, uma coisa tão simples, que podia ser retirado da pauta esse Projeto, nem ia à votação, nem ia à votação. Gente, eu não sei se o governo não está sintonizado, algum problema está acontecendo, porque não precisaríamos estar discutindo. Se a própria CUP, que os Vereadores são do governo, estão dando Parecer contrário, é só pedir um ofício de retirada desse Projeto para... de



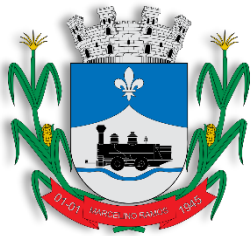
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

repente vai ficar muito sentido e até balancear o Secretário de Saúde, porque veja bem, se ele fez um Projeto sem lógica, sem nexos, e mandar para a Câmara, gente, isso eu nunca tinha visto aqui! Eu nunca tinha visto na Câmara! E gostaria, e gostaria que a nossa Comissão, ou o meu amigo Líder do Governo fizesse algumas perguntinhas ao Secretário de Saúde e ao próprio Prefeito: quem limpa as dependências do SAMU? A hora do almoço e da janta dos funcionários, que eles têm direito a hora de janta e almoço, não sei se é uma hora... e os motoristas da SAMU, eles ajudam a carregar o paciente. Isso não vai acarretar processo judicial futuro? Ou nós vamos ter que entrar com uma ação de regresso a quem mandou isso? Ou tem algum documento que estes funcionários assinaram como anuência? São coisas que nós Vereadores temos que prever e preservar ações judiciais. Eu me preocupo muito, porque nós já tivemos inúmeras ações judiciais e despencaram dinheiro público. Agora, que o Secretário de Saúde vai ficar triste que esse Projeto não passou, deve ficar. Porque tu veja bem, montar um Projeto, o Prefeito assinar, a CUP reprovar! Não precisava nem discutir esse Projeto de Lei, pelo amor de Deus não é gente?! Um abraço!". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] Elogio aí, no mesmo rumo que tomou o Vereador Du, a decisão e a manifestação da CUP pela rejeição deste Projeto de Lei. Acho que, além de coerente, a CUP foi muito sensata e muito prudente. Elogio também a manifestação do nobre colega Vereador Antonio Carlos com a questão da responsabilização futura da Municipalidade. Eu como servidor público também trabalho em um regime de 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) horas e o governo do Estado tentou também mudar o regime de trabalho e juridicamente ele não conseguiu, pois houve intervenção do Sindicato, da AMAPERGS, que é a associação dos servidores da SUSEPE. Então, o que tem que se ressaltar nesse momento é que a SAMU realiza um serviço de primordial importância e utilidade pública, não só na nossa cidade, mas em toda a redondeza do nosso Município e eles tratam, além da saúde da população, diretamente com a vida das pessoas e com a vida das pessoas não se brinca. Então elogio outra vez o Parecer da CUP e resalto e elogio outra vez esse serviço de grande utilidade para a comunidade marcelinense, prestado pelos servidores da SAMU. Era isso senhor Presidente, muito obrigado". A Vereadora **Eliana Lanzana** disse: "- [...] Só quero destacar, então, e manifestar que também sou pela rejeição do Projeto, eu sempre digo que nós devemos, antes de tomar a decisão, antes de votar qualquer coisa nesta Casa, é ouvir as pessoas que serão atingidas diretamente pelas leis que são votadas nesta Casa e no dia seguinte à entrada desta lei na Câmara de Vereadores, na reunião ordinária que agora nem me lembro que data foi, sei que todos os funcionários da SAMU fizeram uma manifestação por escrito, protocolaram nesta Casa, repudiando, então, essa alteração de 12 (doze) por 36 (trinta e seis), então isso é ouvir a comunidade. A gente ouviu a manifestação deles, o interesse deles, estão afirmando e reafirmando que a 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) está funcionando de forma plena, sem problemas, então também não vejo motivo para que se mude a legislação. Muito obrigada". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Rejeitado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 28/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 026/2019. Após a leitura, o Presidente registrou que o Presidente e a Membro da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Este Projeto, ele se refere, então, ao nosso Parque Municipal Teixeira Soares e todos somos sabedores que o Parque Teixeira Soares possui locais nobres para visitas, locais nobres para filmagem e fotos, e também uma estrutura física que pode ser disponibilizada para reuniões, cursos e treinamentos. E tem sido muito requisitado nos últimos tempos, após a sua instituição, e muitas vezes também por empresas particulares que ali querem fazer reuniões. Também pessoas que vêm de outros municípios fazer fotos utilizando a paisagem daquele local para fotos de casamento, fotos de aniversários, books, aniversários de 15 (quinze) anos. Então as imagens daquele local estão sendo muito difundidas, e que bom que estão sendo difundidas essas imagens para os quatro cantos aí do Estado e do país. Mas também, diante disso,



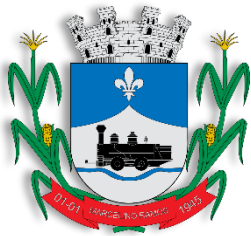
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

somos sabedores que o Parque Teixeira Soares, ele precisa se manter, e muito se foi discutido sobre isso, de alternativas para que esse Parque possa se manter em funcionamento. Muitas ações foram tomadas por iniciativas privadas, por iniciativa pública para se manter e se dar, melhor dizendo, a manutenção desse espaço. Então diante disso, o próprio Conselho Gestor do Parque Municipal já em reuniões deliberou sobre a cobrança de taxa para utilização dos espaços para reuniões e também cobrança de recursos, de taxas para fazer imagens junto ao Parque. É importante ressaltar que também estarão isentas dessas taxas e tarifas todas as escolas públicas e particulares que ali precisarem desse espaço, não estarão pagando essas tarifas. Entidades também de caráter socioassistencial, entidades governamentais do Município aqui de Marcelino Ramos e entidades que compõem o Conselho Gestor do Parque. Então essas entidades, elas não estarão pagando as tarifas, ou seja, estarão isentas, e as demais, então, empresas particulares e pessoas físicas que ali precisarem, quiserem usufruir do local, estarão pagando uma taxa. Rapidamente colocando, com relação às imagens, o custo para um dia de imagem ali no local será de 44 URMs, ou seja, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Então, se tiver um cidadão que queira ir lá fazer imagens para uma festa de casamento, enfim, a finalidade que decidir, o custo será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). E também, para fazer reuniões utilizando o espaço, terá o custo aproximado de R\$ 100,00 (cem reais), dependendo do dia e também dependendo da quantidade de pessoas que estarão participando e isso estará ocorrendo no Projeto, essas informações. Então, como somos sabedores da importância da manutenção do Parque e também já cobramos aqui nesta Casa Legislativa sobre outras alternativas de se ter renda junto ao Parque, sou do Parecer favorável a este Projeto Legislativo". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- [...] Eu me permito discordar do total da justificativa apresentada. O nosso parque florestal, ele ainda necessita, carece muito de divulgação para que ele possa alcançar um objetivo de visitação que ele se propunha no começo. Então, senhor Presidente e colegas Vereadores, entendo eu que de repente uma taxação geral, excluindo somente as entidades escolares, assistenciais, enfim, mas de repente uma pessoa vem ali tirar foto para um book, fazer uma imagem, não creio que isso aí seja danoso ao Parque, muito pelo contrário, entendo eu que serviria para divulgar o nosso Parque. De repente o Parque, o Município ter um outro critério de preservar essa imagens, poder fazer com que elas circulem pelas mídias sociais, inclusive, e sirvam sim para uma divulgação do nosso Parque, eu acho muito importante. Então, senhor Presidente, considerando esse fator aqui, eu vou votar contra esse Projeto. Obrigado". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- Eu acho que é o momento, se não na totalidade, na parcialidade desse Projeto, sim, arrecadar alguns recursos para o Parque, porque eu não sei se algum dos Vereadores sabem a situação do Parque hoje. Até seria bom que viesse para a Câmara um demonstrativo de receitas e despesas do Parque, todas as despesas e todas as receitas do Parque, porque a gente não sabe até quando que a empresa Engie vai colocar dinheiro no Parque. Não sei se o Parque lá na frente não vai ter que se autossustentar. Eu, quando foi a criação do Parque, eu já previa isso lá nas atas de criação do Parque Natural Mata do Rio Uruguai, mas enfim, eu acho que é uma iniciativa, considerando aí as declarações do Vereador Gilmar, também acho que um book, algumas fotos não iriam, acho que trariam só benefício ao Parque, mas enfim, está na hora também de movimentar, de entrar recursos lá, e deixar aqui ao Líder do Governo, meu colega, amigo Antoninho, que peça um extrato do Parque, de 2018, 2019, todas as entradas e todas as despesas do Parque Natural Mata do Rio Uruguai. Até, inclusive, nós tínhamos lá o Tenente Ribeiro aposentado, tocou o Parque por uma longa data e quando ele entrou no Parque acho que ele fez um dossiê de como estava o Parque e agora ele deve ter feito um outro dossiê quando ele entregou o Parque. Isso era bom que a Câmara de Vereadores tivesse esses dossiês aqui na Casa Legislativa para que a gente pudesse analisar e ver como é que está o nosso Parque lá embaixo. Obrigado". O Vereador **Rudi Dreher** disse: "- É bem complicado isso aí, porque como já falaram os colegas, se vem um cidadão fotografar, fazer imagens, levar para fora do Município, eu acho que é uma propaganda que



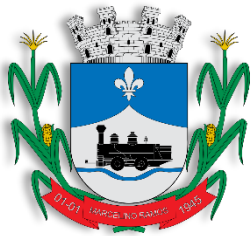
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

vai fazer para divulgação do Parque. Já visitei diversos lugares neste Brasil e nunca vi lugar em que se pague para fazer imagens ou tirar fotos. Então, como disse o Antonio Carlos, colega Vereador, que o povo eu acho que não sabe, se nem nós Vereadores sabemos, nem o povo sabe como está, qual a receita, qual a renda, qual a despesa desse Parque e lembro muito bem quando foi nessa Casa aprovado em votação esse Parque, a empresa dizia que seria muito bom, que poderia fazer intercâmbios com universidades da região, eu não sei, a gente não tem acesso a isso hoje, gostaria também de saber como está isso e a população eu acho que merece saber. Sou contrário a esse Projeto desse jeito que está...". O Vereador **Enio Luiz Wittmann** solicitou aparte e disse: "- [...] Diante das colocações postas aqui, eu queria sugerir a todo o plenário de fazermos uma Emenda Modificativa nesse Projeto na supressão do artigo quarto. Eu também entendo que é importante divulgarmos as imagens do Parque, até porque é uma questão turística e diante disso eu gostaria de sugerir, até para ter uma aprovação por unanimidade nesse Projeto, a supressão do artigo quarto, que é o que diz 'pelo uso das imagens do Parque Municipal, sem qualquer limitação, fica fixado o valor de 44 (quarenta e quatro) URMs por dia'. Então, se for o entendimento de todos e para que tenhamos uma aprovação por unanimidade, e assim o Presidente achar que é possível também, faremos uma Emenda Modificativa do Projeto, que é a supressão do artigo quarto". O Vereador **Rudi Dreher** continuou: "- [...] Eu acho assim, que quanto mais divulgar, mais o pessoal poderá conhecer e vir a Marcelino Ramos, e o turista, quando ele vem, vem para gastar, e vai levar uma boa imagem do nosso Município. Daqui a pouco o cidadão vem aí, vai pagar uma taxa, ele vai sair falando mal, vai sair se queixando, vai fazer propaganda contrária. Então eu acho que tem que discutir muito bem para nós não cometermos um erro que no futuro vai dar problemas para nós". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** solicitou aparte e disse: "- Só para ajudar, tem uma cidade de Santa Catarina que você paga para entrar na cidade, tem uma cidade em Santa Catarina que você paga para entrar na cidade! Vem a taxinha pelo Correio para pagar depois! Então nós temos que ver realmente, também sou favorável aí para nós sentarmos e vermos pra ajeitar, se for preciso, o Projeto de Lei, mas eu não tenho empecilho". A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: "- [...] Só para fazer um aparte aqui e ajudar o Relator Enio, eu trabalhei no Parque três anos e meio, o que acontece: muitas empresas querem fazer reuniões com seus empregados, funcionários na sede do Parque Teixeira Soares, e aconteceu várias vezes, inclusive com a polícia ambiental, com a Brigada Militar, com a EMATER, com vários órgãos que fizeram encerramento de final de ano no auditório do Parque Teixeira Soares. Em todos os momentos as pessoas que lá estiveram, os responsáveis que entraram em contato com a gerência do Parque, eles queriam fazer um pagamento, eles queriam achar uma forma de ajudar na limpeza do Parque, algum auxílio e nó sempre dizíamos que nós não poderíamos, em momento algum, cobrar nada, nós não tínhamos uma lei vigente para que pudéssemos fazer isso. Então acho que nós podíamos fazer alguma coisa, entrar em um consenso para que, de repente, nessa forma poderia ser cobrada uma taxa para que essas empresas venham fazer lá os encerramentos, venham dar palestras, alguma coisa nesse sentido, de repente tirar sobre as imagens, mas eu acho que alguma coisa poderia, porque geralmente as pessoas vêm lá e elas querem pagar a entrada no Parque, quanto custa para fazer a trilha, quanto custa o acompanhamento da trilha? 'Bah, mas em outros lugares a gente paga!', mas nós aqui não cobramos nada, é tudo disponível, até o mirante, até onde a pessoa quer fazer. Então eu acho que seria prudente, Presidente, que a gente chegasse em um consenso para acharmos a melhor forma possível para acertar essa cobrança lá no Parque. Seria isso, senhor Presidente". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] Eu acho justo, muito justo que haja cobrança para determinadas utilizações e também seja aberta a possibilidade de disponibilização do Parque de maneira gratuita dependendo qual entidade vai utilizar: escolas e outras 'n' situações, porém, apesar de achar justo, muito justo que haja cobrança para determinadas utilizações, eu creio ser de vital importância que haja transparência total para a divulgação dos valores arrecadados mensalmente, descrevendo quem



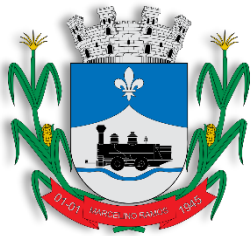
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

é que foi utilizador do Parque, qual o tipo de serviço que foi utilizado, qual foi o valor arrecadado e onde estes valores estão sendo investidos. Até eu recordo, não lembro de quem foi a indagação há bem pouco tempo, um pedido de explicações para o Diretor do Parque aí na época, e o porquê que tinha até costela, carne de churrasco, erva-mate, salgadinho, 'n' coisas pagas pelo Parque em determinada oportunidade. Não tive acesso à resposta do Diretor do Parque, mas nesse momento é importante que se diga que deve haver rubrica, aplicação específica para esses valores e que tem que, de fato, haver, senhor Presidente e senhores Vereadores, transparência, descrever quanto foi arrecadado mensalmente e onde os valores arrecadados estão sendo de fato investidos. Esta é a minha opinião e acho até que a sugestão do Vereador Enio Wittmann é bastante pertinente, de ser suprimido aí esse arquivo quarto e que faça talvez até um debate mais profundo, porque de fato a gente entende que o Parque precisa se manter e não podemos ter outra vez mais um elefante branco em Marcelino Ramos, causando despesa e ônus para o Município e a gente precisar utilizar dinheiro público para fazer a manutenção dele. Muito obrigado". A Vereadora **Eliana Lanzana** disse: "- Só para complementar a fala dos colegas, eu acredito que a gente deva discutir mais profundamente em outro momento, eu sei que tem um Conselho Consultivo do Parque que é composto por diversas instituições, universidades, enfim, e que estabelece algumas regras de utilização do Parque, mas acredito que nós devemos discutir sim, daqui a pouco começar a cobrar um ingresso, uma taxa para a entrada no Parque. Todos os lugares que se visita, no país inteiro, para entrar em lugares como esse tem uma taxinha, às vezes uma taxinha muito pequena, mas tem! E as pessoas às vezes fazem questão, é como a Vereadora Damiana falou, às vezes as pessoas questionam: como, é um Parque e é gratuito para entrar? Então seria uma forma de arrecadação também do Parque, acho que é uma ideia que nós precisamos discutir mais profundamente, com cautela, ouvindo o Conselho Consultivo, claro, porque é eles que vão definir, mas acho que seria algo relevante para a saúde do Parque". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** solicitou aparte e disse: "- O que eu queria esclarecer é que eu não sou contra cobrar alguma tarifa ou taxa como disse a colega Damiana com relação a utilização para algum seminário, algum evento por empresa particular. Entendo, claro, que o Parque, sou cobrador disso, que o Parque tem que se manter com suas próprias forças. Não vejo como investir dinheiro público para manter um Parque. Então essa é a minha posição. O que eu questioneei no começo e parablenzo o colega Rudi pela colocação é o seguinte: ficou muito genérica essa situação aqui das imagens. Seria de repente um ato contra o nosso interesse começar a querer cobrar das pessoas que vão tirar uma fotografia lá, fazer um material que não tem fins comerciais, inclusive, querer cobrar uma taxa de serviço, onde nós iríamos, de repente, causar uma má impressão e afastar o turista aqui de nossa cidade. É um momento muito difícil para o nosso Município, temos que ter o máximo de cautela para que nós possamos somar. Então concordo com o colega Enio em retirar o artigo quarto e posteriormente, se for o caso, o Executivo faz, juntamente com o Parque, enfim, um outro Projeto com relação às imagens. Obrigado colega Lili". A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: "- Sim, então só para concluir vamos quem sabe pontuar isso em outro momento, a questão do ingresso para a entrada no Parque, que é o que ocorre em todos os pontos turísticos fora do nosso Município. Seria isso, muito obrigada". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- [...] Ouvindo os colegas, por isso que é importante o debate, eu também não tinha me dado, nem me dado por conta essa questão desse artigo quarto, porque imagem divulga, toda imagem você vai lá e divulga o Município, divulga o Parque e aí nós vamos cobrar, difícil né? Então eu acho que esse artigo quarto, nós temos que suprimir ele. Agora a cobrança, porque a gente participa bastante e sai e faz visita também em Parques, além da entrada. de você entrar ali, ali tem aquela taxa, depois tudo que você visitar lá dentro você tem que pagar também, tem lugares que é assim, tudo o que você visitar lá você tem que pagar, você pagou aquela taxa de entrada, você tem direito a visitar tudo o que tem lá dentro do Parque, você deve pagar as taxas também, depende do que você vai fazer as visitas lá dentro do Parque. Então acho



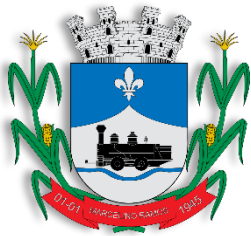
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

que é importante também essa cobrança, estudarmos para fazermos, tem a cobrança ali na lei já das entidades, as pessoas que querem fazer reuniões, mas também as pessoas que participam também, tem que discutir a situação de ter essa taxa também para essas pessoas que participam. Sou favorável à retirada, suprimir o artigo quarto". O Presidente **Hélio Müller** disse: "- Então, referente ao Projeto de Lei 026/2019 que estamos tratando e para o plenário, internautas e ouvintes entenderem melhor, trata sobre uma possível cobrança, ou cobrança de divulgação de imagens ou utilização do Parque. Há o anseio aqui claro de todos os senhores e senhoras Vereadores que é importante que seja divulgado de forma, nesse caso, gratuita, as imagens, seja para casamento, divulgação familiar, do Parque, também que não seja cobrado para estudantes das redes municipal, estadual ou até mesmo de universidades ou faculdades nessa lógica, então esse é o entendimento do plenário. A gente sabe que em outros momentos também são divulgados fotos do Balneário, da própria ponte férrea, que não foge disso, é para casamento, para eventos, enfim, é uma divulgação notória e gratuita do que é público e por outro lado é preocupação de tudo que é público, sendo depreciado ou não, ele tem que ter uma viabilidade e uma fonte de recurso. Então fica a sugestão também de construir junto com os senhores e senhoras e a própria CUP uma conversa com o Conselho do Parque no sentido de nós regarmos, então, dentro desses critérios do que é que vai se ficar livre, o que é de importância para o nosso Município e para o Parque e também do que é importante que as pessoas também utilizem, daqui a pouco vão vir para cá só para utilizar para isso e vão estar retornando". Em seguida, colocou em votação o Projeto de Lei 026/2019 e a Emenda Supressiva apresentada verbalmente. Aprovados por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 29/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 027/2019. Após a leitura, o Presidente registrou que o Presidente e a Membro da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Este Projeto, ele visa a remissão de créditos já inscritos em Dívida Ativa e também créditos que vierem a vencer com relação à taxa de limpeza pública dos imóveis localizados no Bairro Balneário que foram e estão interditados pela Defesa Civil por força do fenômeno da natureza ocorrido em junho de 2014. Então em função que esses imóveis estão inabitados, meu Parecer foi favorável para que o Município não cobre as taxas de limpeza pública que estão inscritos em Dívida Ativa e também as taxas futuras que virão a vencer nos próximos anos, até perdurar, então, o problema, ou seja, a questão judicial que está permeando essas residências. Atualmente o valor que o Município estará isentando de pagamento, previsto agora em 2019, são R\$ 600,00 (seiscentos reais). Então meu parecer foi favorável à isenção de taxa de limpeza pública das casas localizadas no Bairro Balneário". O Vereador **Valdecir de Vargas**, por Questão de Ordem, disse: "- [...] Me absterei de qualquer tipo de parecer com relação a esse Projeto por ser parte integrante deste processo judicial, muito embora por questão de justiça e também por questão de ordem, eu repito aos senhores que não foi um episódio surgido por força de fenômeno natural, isso ocorreu por negligência, omissão, descaso e imperícia do Município de Marcelino Ramos. Já existe condenação nos autos desses processos, inclusive com trânsito em julgado no Tribunal de Justiça em Porto Alegre, onde houve a manutenção da sentença da entrância inicial da Comarca de Marcelino Ramos e houve parecer por decidir-se por três a zero favoráveis à sentença. Então isso vai muito além de apenas isentarem esses moradores dessas pequenas taxas, pois até mesmo coleta de lixo estava sendo cobrada pelo Município de Marcelino Ramos pelos moradores daqueles escombros que hoje restaram no Balneário de Marcelino Ramos, inclusive coleta de lixo de vários imóveis desabitados. É muito mais amplo do que vem se discutindo, hoje são 13 (treze) propriedades para serem indenizadas, são 300 (trezentos) meses de lucros cessantes, são 180 (cento e oitenta) meses de alugueis sociais que o Município teve que arcar com dinheiro público. Hoje o montante a ser despendido pelo Município público ultrapassa mais de um milhão de reais nos muros de contenção e nos lucros cessantes que já estão sendo pagos. Então, dessa forma, por questão de ordem e também por entender que devo ser



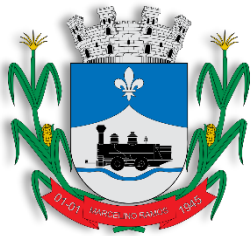
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

fidedigno aos fatos, eu me abstenho de votar, senhor Presidente". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- Senhor Presidente, seguindo o raciocínio do colega Sile, realmente existe um desvirtuamento aqui do motivo que causou lá o problema, o dano esse às famílias, inclusive já tive a oportunidade de questionar junto ao Município também a cobrança de IPTU de algumas residências lá, uma vez que as pessoas não estão residindo, muito pelo contrário, tendo um prejuízo enorme com relação ao ocorrido. Mas, considerando o objetivo, que é isentar essas pessoas de pagarem por um serviço que não estão sendo beneficiados, eu voto favorável ao Projeto, senhor Presidente". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade, com abstenção do Vereador Valdecir de Vargas. O Presidente colocou em votação a Ata 14/2019, da sessão ordinária do dia primeiro de julho de 2019. Aprovada por unanimidade. Nas **Demais Proposições**, o Presidente solicitou a leitura do Requerimento 25/2019, do Vereador Valdecir de Vargas. Após a leitura, colocou o Requerimento em discussão. O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] Tive acesso a esta reportagem veiculada em órgão de imprensa regional, cito o Jornal Bom Dia, da cidade de Erechim, e solicito as informações ao senhor Prefeito Municipal e ao Executivo por entender que trata-se de tema de extrema importância e grande relevância, já que houve, conforme cita a reportagem e conforme eu expus nesse Requerimento, a detecção desse problema ainda é do ano de 2014 pela Polícia Federal e desde essa data passaram-se cinco anos. Agora, esta manifestação e recomendação por parte do Ministério Público Federal de Erechim que o Município tomasse uma série de providências. Estipulou, inclusive, que em um prazo de 20 (vinte) dias, o Município estivesse respondendo ao Ministério Público Federal se acatava ou não a recomendação. Ele determina, então, a realização de diversas obras, de diversos procedimentos que terão que ser tomados em conjunto pelo Executivo de Marcelino Ramos, ou seja, a Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos, juntamente com a Corsan, Companhia Riograndense de Saneamento. Considerando também que já houve na região metropolitana um caso bastante parecido em cidades de muito maior porte do que Marcelino Ramos, entre as quais cito Cachoeirinha, Viamão e Sapucaia do Sul, entre outras, que com a realização desses Projetos houve um encarecimento das taxas cobradas pela Companhia Riograndense de Saneamento de quase 45% (quarenta e cinco) por cento sobre o valor que os usuários pagaram. Então, senhor Presidente, por entender que é um tema de bastante relevância, em especial por se tratar de saneamento público, um direito do cidadão e uma obrigação do Município, eu propus aí, com esse Requerimento, que o senhor Prefeito Municipal e o Executivo nos disponibilizassem maiores informações com relação ao que já foi executado e o que existe de Projeto para ser executado, já que o prazo dado pelo Ministério Público Federal é até o final do ano de 2020, senhor Presidente. Então, por tratar-se de um tema bastante relevante, eu gostaria do apoio dos senhores Vereadores e das senhoras apenas para solicitar que o Executivo de fato esclarecesse para esta Câmara de Vereadores e para a população marcelinense quais foram os procedimentos até agora tomados e também qual projeto que existe para uma questão tão importante para a comunidade marcelinense. Não quero de maneira alguma criar qualquer tipo de polêmica, apenas esclareço que houve esta veiculação em um órgão de imprensa escrita regional com grande circulação e acesso a vários municípios do Alto Uruguai gaúcho e então, desta maneira, gostaria que esse Requerimento fosse aprovado. Muito obrigado, senhor Presidente". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- [...] É um Requerimento, assim, claro que vou votar favorável e a gente sempre fica um pouco até com preocupação em falar quando tem Ministério Público ou Polícia Federal envolvida, a gente fica até, assim, com um pé atrás de falar sobre o que diz aqui esse Requerimento, mas alguma coisa a gente pode colocar para as pessoas do nosso Município, todos os moradores até ficarem sabendo. Aqui não vou garantir, porque quando a gente ouve conversas, as pessoas falam na rua, às vezes é só fuxico. Mas eu soube sobre isso, sobre as investigações que houve sobre essa questão do esgoto do Município, houve denúncia e quando tem denúncia, a Polícia



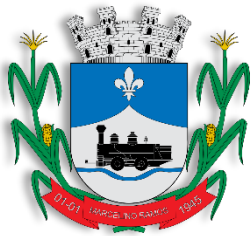
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

Federal, o Ministério Público tem que investigar. E aqui tem fatos de moradores do Município que há anos que sabe-se que construíram a sua propriedade e não fizeram como deveria ser feito o esgoto, principalmente o esgoto sanitário. Como houve essa denúncia, de repente, penso eu, ouvindo as pessoas, de repente até atingir alguém, o Município tem que tomar atitude, e qual será a atitude que o Município irá tomar? Todas as obras novas que foram feitas no Município, as mais novas agora, com certeza esses moradores já estão legalizados como manda a lei, têm os seus filtros colocados, a sua fossa tudo como manda a lei, como tem que ser feito, e essas pessoas, esses moradores que não têm isso aí feito? Não é obrigação do Município fazer isso não, quem tem que fazer são os proprietários, os moradores e o Município vai ter que notificar essas pessoas. Então é importante que a população fique sabendo que se alguém denunciou pensando em atingir de repente até o Prefeito ou alguém, o Prefeito, como Prefeito, Administração Pública, ele tem que tomar posições e seguir a lei e a lei, todos sabem como é que é essa questão dos esgotos, tem que ser feito, ter os seus filtros, dois filtros, tem que ter sumidouro, tudo de acordo e esses proprietários aí deverão fazer, porque não pode mesmo, alguém aqui não sabe, não podem ir os esgotos sanitários para o rio e as pessoas vão ter que, no que vão ser notificadas, com certeza vão ter que ser notificadas e vão ter que fazer de acordo com a lei. Era isso, obrigado". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- Gostaria de votar favorável ao Requerimento do colega Sile e dizer, colega Momo, que se foi denúncia ou não, o que importa é que nós temos um esgoto aí correndo a céu aberto direto para o lago do Rio Uruguai. Um município que nem o nosso, que tem pretensões turísticas, não tem como nós mantermos a situação como está. Nós, que estamos aqui em cima na cidade muitas vezes não percebemos o tamanho do problema que existe, mas existem pessoas que usam o nosso lago aí para navegar, para praticar esportes, enfim, e é notório, é claro, à luz do dia, essa falha nossa com relação ao tratamento do nosso esgoto que cai dentro do lago do Rio Uruguai, que desce Rio Grande do Sul abaixo, vai lá para a Argentina, enfim, e nós aqui, conforme posto pelo Ministério Público e constatado por laudos técnicos, somos os causadores desse grande dano para o meio ambiente. Então pouco importa se foi denúncia ou não, o importante é que nós temos que tomar uma posição! Eu quero deixar aqui também colocado que nós temos lá em Brasília no nosso partido o Ministro Ronaldo Nogueira, o qual trabalha na FUNASA, que é um Ministério que trata da questão, entre outras, da questão do saneamento básico, então deixar também aqui, além da crítica, essa falha que ocorre à luz do dia e também a posição do nosso partido que estamos aí disponíveis para caso for necessário e assim achar por bem o Prefeito, poder interferir aí e ver da possibilidade de, de repente, junto com esse Ministério, ter um plano aqui para o nosso Município. Obrigado". O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- É um tema muito sensível sim a questão do esgotamento sanitário, deixar aqui registrado que esse problema do esgotamento sanitário no lago, ele acontece talvez já antes de qualquer um de nós aqui ter nascido, há muitos anos vem acontecendo essa questão do esgotamento sanitário, não total, mas parcial, junto ao lago. E é imprescindível, e talvez agora chegou esse momento, quando se fala em denúncia, e que foi uma denúncia, se foi por bem ou foi por mal, mas vamos crer que foi, daqui a pouco, pensado na questão ambiental, e é nessa questão que precisamos pensar, porque estamos aqui de passagem e precisamos tomar algumas atitudes que venham ao encontro do nosso meio ambiente, mas ele é um tema sensível porque Poder Público municipal e Corsan, eles vão ter que tomar algumas decisões e essas decisões daqui a pouco vão afetar diretamente a população. Ou se faz uma estação de tratamento, uma ET, que hoje, pelas condições geográficas da nossa cidade, se tem um custo aproximado aí de oito a dez milhões, ou se faz o sistema simplificado filtro, fossa e sumidouro. Então acho que o Município, juntamente com a Corsan, deve debater esses assuntos, debater com a comunidade principalmente e fazer o levantamento junto às famílias para sabermos também a real situação das casas, dos lotes, das residências que possuem fossa, filtro e sumidouro, e as que não possuem. Daqui a pouco está muito fácil e ser resolvido, a residência que não tem vai fazer fossa, filtro e



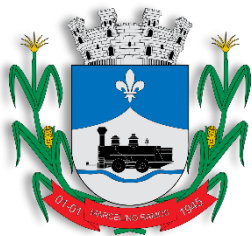
Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

sumidouro e vai resolver o problema. Porque se pensarmos em uma outra forma de resolver, que é uma estação de tratamento, através da Corsan, que é água e esgoto, hoje, se estamos pagando R\$ 100,00 (cem reais) por mês de água, daqui a pouco vamos pagar R\$ 300,00 (trezentos), R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês para o consumo da nossa água e o tratamento do esgoto. Então acho que é um tema bem sensível e essa Casa Legislativa deve estar, e com certeza estará à disposição da Corsan, do Executivo, para encontrar a melhor solução para esse problema que vem acontecendo há décadas aqui no nosso Município de Marcelino Ramos. Meu muito obrigado". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- A gente sabe desses problemas que vêm acontecendo em nossa cidade há muitos anos e eu sempre digo: o Prefeito de agora, caiu na mão dele. O Prefeito não é o dono do Município. Os Prefeitos que passaram, o que está e os que virão, terão outras intempéries, a Administração vai ter que enfrentar. Hoje nós temos esse esgoto a céu aberto, não é o esgoto, são os esgotos, nós temos ruas da cidade, principalmente, já foi feito há anos atrás, não há como fazer sumidouro porque é laje, então tem vários problemas, a nossa cidade, nossos terrenos são acidentados, nós temos problemas de canto a canto com relação a isso porque antigamente não se exigia a fossa e o sumidouro. Nós temos prédios antigos há mais de 40 (quarenta anos) que não tem, de repente, como é que vai fazer? Tem espaço, não tem, como? Então é uma discussão muito séria, muito difícil, um problema gravíssimo de se enfrentar e que todos vão ter que, juntos, enfrentar esse problema, não é atirar só na mão do Prefeito. Eu acho que isso tudo está também na conscientização das pessoas, dos moradores, enfim, na sociedade civil como um todo, porque a água, o rio é de todos, o rio não é do Prefeito e dos Vereadores, o rio é de todos. Então nós temos que preservar as fontes, preservar as águas e cada um cuidar, com certeza, da sua parte. Agora, aqueles pontos críticos que não se consegue fazer, então tem que se ver a parte de Engenharia, como é que vai fazer? Eu escutava o Enio falando que a estação de tratamento de oito a dez milhões, ou a simplificada, alguma coisa vai ter que se fazer. Se não resolver totalmente, mas se dá o pontapé inicial para que no futuro teremos um meio ambiente bem melhor. Obrigado". O Presidente **Hélio Müller** disse: "- Quero também deixar registrado aos colegas que estive com o Executivo Municipal em uma reunião com a assessoria jurídica aqui do Município e o Prefeito em Porto Alegre com o Presidente Estadual da Corsan, a assessoria jurídica e os técnicos e engenheiros da Corsa acerca do assunto, visto que há uma parceria há anos, assim como outras entidades, Emater, enfim, no sentido de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Todos sabem a cidade os anos que tem, todos sabem as cidades em volta aqui, uma das maiores é Erechim e não existe tratamento e que a nossa está próxima de um lago que recebe tanto da cidade quanto recebe das partes que vêm de cima e todos sabem também que não é só a Câmara ou o Município ou as escolas que estão largando alguma coisa nos efluentes e também todos sabem que não é só o esgotamento sanitário que está entrando aí. Está em tramitação isso, é uma preocupação de investimento, uma cidade antiga, calçada, cheia de muros e que tem uma situação a ser resolvida. Aí vem a questão viabilidade técnica, financeira e a preocupação, como sempre acontece às vezes no Brasil, que sempre vai sobrar lá na ponta para quem paga imposto, para quem é pequeno, para quem tem dificuldade, porque se nós, de fato, vamos ver a origem, de onde que está vindo nós sabemos que são dos moradores, são do Município, são... mas tem a responsabilidade pública, tem a responsabilidade de todos. Então um fato bastante amplo, tem que ser muito bem discutido com a comunidade, mas é uma preocupação grande, porque vai mexer com uma estrutura, vai mexer financiamentos. Outra: estação de tratamento próxima do lago e área da APP, pelos órgãos que a gente conhece, não tem nem viabilidade nem licença para isso. Então tem vários fatos aí que a gente espera, eu disse sinceramente que é um problema que veio, já vinha, mas que, no sentido da forma que você encaminha um problema, seja através de denúncia ou não, a forma que tu encaminha às vezes pode ser resolvido diferente e pelo que se vê aqui o fato que foi relatado no Requerimento, Vereador, e a gente ouviu também que o Município vai ter que averiguar, ou seja, aplicar a



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

fiscalização, se de fato existe, porque existe, porque não existe e muitas vezes lugares que nem máquina vai entrar, de casa vai ter que executar essa primeira parte, que é a parte de as pessoas realmente instalarem o que é para ser feito, então é muito complicado, é bem complicado e um tema que necessita bastante prudência, entendimento do Poder Público também, da Justiça, de conhecer a realidade lá na ponta o que acontece. Porque daqui a pouco tu diz assim: tem que resolver, mas na prática é bem diferente". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Requerimento em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Requerimento 26/2019, do Vereador Gilmar Dutra Ribeiro. Após a leitura, colocou o Requerimento em discussão. O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** disse: "- Senhor Presidente, este Requerimento, ele vem tratar de um assunto aí que seguidamente vem em debate aqui nessa Casa, que é a necessidade do nosso governo municipal dar uma prioridade para as margens da BR 153, investindo em infraestrutura para que as pessoas possam lá se estabelecer, botar as suas agroindústrias, as suas empresas, considerando o movimento daquele local. E, senhor Presidente, agora, para a estranheza desse Vereador, existe um empresário que foi embora de Marcelino Ramos e voltou para cá e ele está com a intenção, começou já, de revitalizar o antigo posto do Estreito, que está localizado naquela BR, mais precisamente no quilômetro quatro e ele está tendo uma dificuldade imensa em fazer isso por um fato simples, que é a falta de água e a falta também, no meu ver e dele, do empenho do Poder Executivo em lhe dar uma assistência nesse sentido. Esse cidadão, ele vai investir ali uma grande quantia em dinheiro, vai criar ali empregos, vai criar ali movimento, vai possibilitar que o nosso Município tenha renda, que os moradores da região possam ter um posto de combustível próximo, não terem que se deslocar a outro município, enfim, e ele já veio buscar ajuda e em um ato quase de desespero, esses dias ele me procurou e deixou uma carta comigo que ele iria encaminhar ao Prefeito Municipal e eu vou ler aqui só um trechinho dela, aonde ele coloca o histórico que ele construiu em 1990, que naquela época lá tinha dois empregos, enfim, depois ele alugou, foi embora e tal. Hoje ele volta com uma pesquisa que naquele trecho, de 1994 para cá, aumentou em cerca de 80% (oitenta por cento) o tráfego de veículos, caminhões, ônibus e automóveis e que isso aí vem hoje sim viabilizar aquele espaço com a retomada do posto de gasolina. Na sua intenção, senhor Presidente, colegas Vereadores, é de gerar naquele posto, com borracharia, posto, alojamento, um pequeno hotel, aproximadamente 20 (vinte) empregos. Então assim, eu acho, senhor Presidente, gostaria de pedir, inclusive, ao Líder de Governo que falasse com o nosso Prefeito da possibilidade de acompanhar esse empresário, que é o Dirceu Baldissera, e ver com ele lá na comunidade, junto com a associação que tem lá da água, se é possível a cedência de água, ele somente quer a água potável para o consumo. A outra água para a borracharia, enfim, ele vai dar um jeito, mas é uma oportunidade muito importante para o nosso Município, não podemos perder esse investimento aqui no Município por de repente a gente não ter o esforço de ir até lá embaixo, sentar com aquelas pessoas e ver da possibilidade da parceria. Então, senhor Presidente, Líder de Governo, gostaria que fosse, através do senhores, esse Requerimento, se aprovado, os senhores fossem até o Prefeito Municipal e vissem com ele essa situação. Obrigado". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- [...] Colega Gilmar, eu sou favorável ao seu Requerimento, eu só queria ver com Vossa Excelência se esse proprietário, o Dirceu, sobre esse assunto ele já veio conversar com o Prefeito Municipal ou não?". O Vereador **Gilmar Dutra Ribeiro** respondeu: "- A primeira vez que ele falou comigo, inclusive pedi para ele vir até o Enio, não sei se ele chegou a falar com o colega Enio, digo 'olha, vai até lá, fala com o Enio, que eu sei que o Enio teve uma participação na perfuração de um poço lá que hoje abastece a Comunidade de Água Verde, enfim', e parece-me que ele veio sim, e veio e acho que reiterou a vir e ele está, assim, bastante descontente com a atenção dada e eu acho que nós temos que dar uma atenção especial para esse caso. Obrigado". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- Então a gente vai, como Líder do Governo, a gente vai conversar com o Prefeito, que eu acredito que o Prefeito não vá dar uma



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos

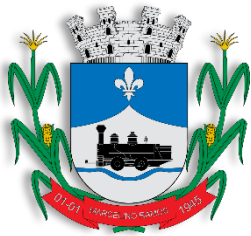
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000

(54) 3372-1623

camaramarcelinoramos@hotmail.com

www.marcelinoramos.rs.leg.br

atenção especial para uma pessoa que quer investir no Município e gerar emprego no Município e a questão da água, é claro, a gente sabe que existe uma associação e com certeza lá a associação também deverá se reunir e abrir mão de ceder essa água para esse proprietário. Então a gente vai conversar com o Prefeito, sou favorável, então, ao seu Requerimento". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] Sou favorável, colega Du, ao vosso Requerimento, e cito, inclusive, que diversas empresas já enfrentaram dificuldades quando se instalaram em nosso Município, seja por questões de acesso asfáltico, seja por questão de problemas na nossa ponte férrea, seja por 'n' problemas quando da instalação da empresa no nosso Município. Cito entre elas a Queijaria Schneider, que enfrentou inúmeros problemas para conseguir se manter em Marcelino Ramos, cito a Olfar que está se instalando ali nas proximidades da Coxilha Seca, então entendo que é necessário o engajamento do Poder Público Municipal e também entendo que é interessante que esta Câmara de Vereadores se posicione de maneira favorável a toda e qualquer iniciativa que venha para Marcelino Ramos gerar emprego e gerar renda. Sou favorável ao vosso Requerimento, obrigado senhor Presidente". O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Eu sou extremamente favorável ao Requerimento, não podia ser diferente. O cidadão, eu não estou lembrado o nome dele, mas é Baldissera, é um cidadão marcelinense que hoje reside no Mato Grosso e tem vários investimentos em beiras de rodovias através de alugueis. Tive a oportunidade de conversar com ele e ele se mostrou muito preocupado com a questão de água para o posto de combustível dele, porém, naqueles locais, naquele local ali, e até tem uma rede de água que passa muito próximo a esse posto de combustível, na época em que foram feitos esses projetos de abastecimento de água, a comunidade de São Miguel cedeu a água de um poço que já era de propriedade deles, que hoje cede água para mais de 50 (cinquenta) famílias. Então existe sim uma preocupação muito grande daqueles moradores sobre a quantidade suficiente de água para abastecer essas famílias que já estão utilizando, se realmente poderia ser passado um ponto ou dois de água a mais sem prejudicar os abastecimentos que já estão sendo feitos. Do outro lado também tem uma outra rede de água onde o Município perfurou o poço, que na época chegou aí em torno de 1.500 (um mil e quinhentos) litros, 1.600 (um mil e seiscentos litros), que também tem em torno de 11 (onze) a 12 (doze) famílias que são beneficiadas. Também tem a preocupação dessas famílias se realmente aquele poço terá água suficiente para espichar para mais outros pontos de consumo sem prejudicar quem está consumindo. Então é um tema um tanto delicado pela preocupação dessas associações da utilização. Mas diante disso, o Município, preocupado com a questão de conseguir viabilizar uma forma de abastecimento de água para o seu Baldissera e até poder exercer ali o desenvolvimento que pretende fazer, nessa semana, até na quarta-feira, à tarde, estará sendo feita uma reunião com uma das associações, às 14 (quatorze) horas, onde será debatido esse assunto também, entre o Município e também os moradores lá, para tentar encontrar uma forma possível para abastecer também esse posto. Então, até é uma reunião provocada pelo Município, mas com entendimento também dos moradores e acredito que na quarta-feira dessa semana algumas situações já começam a ser encaminhadas nesse sentido, e tomara que seja atingido o objetivo, porque precisamos realmente dar vida àquele local, porque é um posto de combustível em nosso Município, há muitos anos que está desativado e as ideias do seu Baldissera são muito boas para o desenvolvimento aqui do nosso Município. Então existem esses encaminhamentos e essas situações com relação a este abastecimento de água". O Vereador **Rudi Dreher** disse: "- [...] Dizer da importância deste Requerimento, colega Gilmar, porque esse poço aí está desativado há mais de 15 (quinze) anos e em meados de 2016 um pessoal de Santa Catarina ali havia alugado e comemorei muito, muito importante reabrir esse posto, vai trazer emprego, vai trazer renda para o Município, mas aí o pessoal não tinha condições, tocou poucos meses, até o posto, o nome do posto era Vô Dalico, muito importante, até preço acessível, porque vinha combustível de Santa Catarina, mas tocou poucos meses ali e fechou. Agora a gente vê ali aquela obra a todo vapor, o Dirceu Baldissera, popular Nene, que se criou ali em Coronel com



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

nós, que bom que venha alguém que invista ali e vai trazer, como disse ali, 12 (doze), 20 (vinte), às vezes mais empregos, mas o problema é a água. Há 20 (vinte) anos atrás, quando o posto estava em atividade, tinha uma água muito embarrada, que tocavam em 200 (duzentos) metros de aclave, não tinha condições de consumo humano, era só simplesmente para lavagem e outros fins porque ela tinha um gosto de barro. Mas ali tem uma casa bem na frente, um pouquinho adiante, à venda de um pessoal, que está em torno de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) aquela casa, casa boa, seminova que tem poço artesiano próprio, particular, que é uma vazão de em torno de 10.000 (dez mil) litros/hora. Então penso, daqui a pouco, não sei se saiba, seria viável a aquisição dessa casa, desse terreno, para o consumo do posto. Mas é muito importante, parabéns que alguém vem investir no Município, parabéns pelo seu Requerimento. Sou favorável, muito obrigado". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- Só para contribuir, eu acho necessário, a gente fala sempre em geração de emprego e renda e vivemos aí disso, o nosso Município está carente. Então, até aquele terreno que nós temos no pátio, que hoje está com cana plantada na frente, poderia até se oferecer ao Dirceu, se quiser colocar um hotel lá, um empreendimento para gerar mais emprego e renda. Com relação à água, vê se todas as pessoas que estão ocupando, estão ocupando para o consumo humano! Se tem água, se a Prefeitura é partícipe de todas essas... furou o poço, isso, que se leve água até às pessoas que não têm, que se estique essa rede de água até a ponte sob o rio Uruguai para aquelas pessoas que não têm, porque hoje água é essencial, em qualquer estabelecimento você tem que ter água para o consumo humano, como está constando aí que o colega Vereador Gilmar colocou que ele precisava água para o consumo humano, para lavar carro, fazer outras, ele vai achar outra alternativa. Então acho que o Enio falou também, mais justo de já estar tramitando, o Prefeito ir lá, conversar, fazer uma reunião e arregaçar as mangas e vamos trabalhar porque precisamos de emprego, renda aqui para o nosso Município, isso é para ontem!". Não havendo mais Vereador a se manifestar, o Presidente colocou o Requerimento em votação. Aprovado por unanimidade. Não havendo mais assunto a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos, convocou os Vereadores para a sessão ordinária do dia cinco de agosto de 2019 e deu por encerrados os trabalhos da sessão ordinária do dia 15 (quinze) de julho de 2019.

HÉLIO MÜLLER
Presidente

ENIO L. WITTMANN
Vice-Presidente

ANTONIO C. G. DOS SANTOS
Secretário